

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ALEGRETE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

**MATHEUS CORRÊA DORNELES GEDIEL**

**PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA EDUCAÇÃO:  
UM ESTUDO DOCUMENTAL ACERCA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

**Alegrete**

**2023**

**MATHEUS CORRÊA DORNELES GEDIEL**

**PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA EDUCAÇÃO:  
UM ESTUDO DOCUMENTAL ACERCA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Unidade Universitária em Alegrete como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Giudice Narvaz.

Aprovado em: 11 /12 /2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Giudice Narvaz – Orientadora  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rochele da Silva Santaiana – Examinadora  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

---

Esp. Julio Cesar dos Santos Martins Júnior – Examinador  
Universidade Norte do Paraná (Unopar)

### Catlogação de Publicação na Fonte

G296p Gediel, Matheus Córrea Dorneles.

Prevenção do abuso sexual infantil na educação: um estudo documental acerca de produções acadêmicas. / Matheus Córrea Dorneles Gediel – Alegrete, 2023.

31 f.

Orientadora: Profª. Dra. Martha Giudice Narvaz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Alegrete, 2023.

1. Prevenção ao abuso sexual infantil. 2. Formação docente.  
3. Educação básica. I. Narvaz, Martha Giudice. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Carina Lima CRB10/1905

*Dedico este trabalho de conclusão de curso àqueles que deram origem à minha vida, à minha querida e tão amada mãe, Aline Corrêa Dorneles Gediel, e ao meu querido e tão amado pai, Sérgio Dorneles Gediel, e aos que estiveram ao meu lado nessa trajetória, minha esposa Mariane e meus filhos, Luisa e Gabriel.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em nossa trajetória terrena, passamos por diversas fases, onde adquirimos muita experiência, passamos por momentos de felicidade, tristeza, desânimo, frustrações e perdas de entes queridos. Em cada momento da vida lembramos alguma pessoa especial que marcou os nossos corações por muito tempo.

Agradeço ao Pai Celeste e ao Salvador Jesus Cristo por estarem ao meu lado em cada momento, me fortalecendo e me confortando nos momentos de aflição, por me ouvirem e por me guiarem através do Espírito Santo.

Agradeço aos meus pais Aline e Sérgio por estarem ao meu lado e por me apoiarem em cada momento, por darem palavras de ânimo e alegria e muitos conselhos importantes.

Agradeço à minha esposa Mariane e aos meus filhos, Luisa e Gabriel, por serem minha maior motivação, pois estou concluindo esta graduação para poder proporcionar um futuro melhor para cada um deles e mostrar que por meio da educação podemos melhorar o mundo.

Agradeço à minha orientadora e professora, Martha Narvaz, que me acompanhou desde o primeiro semestre do curso, me instruiu e me ajudou durante esses anos de vida acadêmica.

Sou grato à minha colega e amiga Liandra, minha companheira de trabalhos acadêmicos, Pibid, projetos, estágios, pessoa que me ajudou muito durante esses anos de Uergs.

Essas pessoas foram essenciais na minha trajetória como acadêmico durante mais de seis anos do curso de Pedagogia, fica aqui o meu muito obrigado, vocês são muito especiais!

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as produções acadêmicas dos últimos 5 anos acerca da prevenção do abuso sexual infantil no campo da educação básica, buscando contribuir, assim, com o debate acerca da temática. Trata-se de pesquisa documental, que utilizou o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes como base de dados, tendo como período de busca os últimos 5 anos, por meio dos seguintes descritores: 1) prevenção ao abuso sexual infantil; 2) práticas pedagógicas na educação infantil para o combate ao abuso sexual; e, 3) prevenção do abuso sexual infantil na escola. Como resultados, destaca-se a falta de preparo e a pouca formação de professores e profissionais da educação e a necessidade de criar políticas públicas educacionais para a formação docente na temática.

**Palavras chave:** prevenção ao abuso sexual infantil; formação docente; educação básica.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo investigar las producciones académicas de los últimos 5 años en torno a la prevención del abuso sexual infantil en el ámbito de la educación, buscando así contribuir al debate sobre la necesidad de una formación docente en este tema. Se utilizó el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Capes, siendo el período de búsqueda los últimos 5 años, utilizando los siguientes descriptores: 1) prevención del abuso sexual infantil; 2) prácticas pedagógicas en educación infantil para combatir el abuso sexual; e, 3) prevención del abuso sexual infantil en la escuela. Como resultado, se destacan la falta de preparación y poca capacitación de docentes y profesionales de la educación y la necesidad de crear políticas educativas públicas para la formación docente.

**Palabras clave:** prevención del abuso sexual infantil; formación docente; educación básica.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 MÉTODO.....</b>	<b>16</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A infância é uma das fases mais importantes na vida de um ser humano, quando se descobrem cheiros, texturas, cores, se aprende a lidar com os sentimentos, se relacionar com outras pessoas e até mesmo conhecer o próprio corpo. É uma fase da vida em que as crianças precisam do auxílio de um adulto em quase todos os momentos do seu dia. Ou seja, as crianças precisam de cuidado e proteção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado (BRASIL, 1990). É o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos de crianças e adolescentes. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a noção de proteção integral, segundo a qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e devem ter prioridade absoluta nas políticas públicas e na consideração de suas necessidades. Também reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência (BRASIL, 1990).

Estudos apontam que o abuso sexual infantil pode acarretar prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais nas vítimas, e por isso, a escola assume um espaço prioritário para o planejamento e desenvolvimento de ações educativas que promovam os direitos humanos de crianças e adolescentes (NARVAZ; KOLLER, 2006). Desta forma, a escola tem papel fundamental no que tange à educação para a sexualidade. É esperado que a educação sexual aborde a sexualidade a partir de um enfoque sociocultural, ampliando a percepção de mundo dos estudantes, e ajudando-os a



aprofundarem e refletirem sobre suas opiniões (SUPLICY, 1983). Contudo, só informar não basta, é preciso apresentar atitudes positivas em relação ao sexo, para que as crianças possam perceber a sexualidade como algo positivo (RIBEIRO, 2009).

Nesse sentido, em 2023, tivemos um grande avanço nessa direção. A Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2023).

Já que agora temos uma lei de apoio legal para formação de professores, é necessário que o governo federal e os governos estaduais e municipais trabalhem juntos com as escolas, para criarem políticas públicas de formação docente na questão do enfrentamento do abuso sexual infantil. Precisamos de mais profissionais capacitados para treinar os funcionários das escolas, para que eles possam observar e intervir em casos de abuso sexual infantil. Esses profissionais precisam estar aptos para trabalhar instruindo as crianças, alertando os pais e a família, realizando campanhas com a comunidade escolar para a divulgação de todo o material de apoio.

O interesse pelo tema advém da experiência em sala de aula ao longo de minha formação em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) por meio de debates e apresentações de pesquisas referentes à sexualidade na educação infantil, momentos nos quais pude perceber a necessidade da capacitação docente sobretudo no enfrentamento do abuso sexual contra criança e adolescentes. Ao longo do curso de Pedagogia, identificamos uma série de materiais adequados para o trabalho sobre abuso sexual infantil desde a Educação Infantil, dentre eles, contação de histórias, vídeos e livros infantis. Diante disso, surgiu nosso interesse de pesquisa, qual seja, o de investigar o que tem sido produzido academicamente nos últimos 5

anos acerca da prevenção do abuso sexual infantil no campo da educação, buscando contribuir, assim, com esse importante debate.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Inegavelmente o abuso sexual na infância é um problema pungente. O abuso sexual contra crianças e adolescentes tem sido reconhecido como um grave problema de saúde pública. Conforme a World Health Organization (2014), a Organização Mundial da Saúde - agência especializada em saúde, fundada em 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU) - a prática de abuso sexual contra crianças e adolescentes é observada em todos os países, estimando-se que cerca de 20% das mulheres foram vítimas de alguma forma de abuso sexual na infância ou adolescência. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2014), agência das Nações Unidas responsável por fornecer recursos humanitários e de desenvolvimento a crianças em todo o mundo, ao menos 120 milhões de meninas menores de 20 anos ao redor do mundo, o que equivale a aproximadamente 1 em cada 10 destas meninas, foram submetidas a relações sexuais ou outros atos sexuais, evidenciando que a violência sexual se encontra presente em todos os países, alcançando, também, todas as camadas da sociedade, ignorando, desta forma, qualquer fronteira.

No Brasil, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do Disque Direitos Humanos – Disque 100, no ano de 2019 registrou 86.837 denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes, sendo 11% desse dado referente à violência sexual. No que diz respeito à faixa etária da vítima, percebe-se uma ampla concentração no sexo feminino e adolescentes de 12 a 17 anos, representando 46% do total das vítimas (BRASIL, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde:

Abuso sexual infantil consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até

diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (BRASIL, 2002, p. 13)

Lazarus e Folkman (1984) definem *coping* como um esforço cognitivo e comportamental do indivíduo, sendo abordado através de variáveis que visam organizar (reduzindo, minimizando, controlando, dominando ou tolerando) exigências internas e/ou externas. No contexto do abuso sexual infantil (ASI), o termo *coping* refere-se ao conjunto de estratégias, técnicas ou mecanismos que uma pessoa emprega para lidar com o evento estressante. O termo deriva do verbo inglês “*to cope*”, que significa enfrentar, lidar ou sobreviver diante de situações de estresse, adversidades ou demandas emocionais. As estratégias de coping podem ser classificadas em dois tipos, segundo sua função: coping focalizado no problema e coping focalizado na emoção. O coping focalizado para o problema centra-se no próprio estressor, e é geralmente visto como mais adaptativo, ou seja, refere-se a um esforço para lidar contra o stress em si a fim de modificá-lo. Enquanto que o coping focalizado na emoção é definido como um esforço para regular e aliviar o estado afetivo associado ao stress (LAZARUS, 1993).

Krause-Utz (2021) identificou como algumas pessoas possuíam sintomas ou distúrbios psicopatológicos após um trauma complexo, enquanto outras não desenvolviam. Em uma amostra de 68.894 adultos que possuíam diagnóstico psicológico, vítimas de eventos traumáticos de natureza invasiva e principalmente interpessoal de longa duração (abuso na infância e violência por parceiro íntimo), alcançou como resposta que as consequências de longo prazo das adversidades da infância destacam importantes mecanismos psicopatológicos que podem estar subjacentes a um risco aumentado de desenvolver certos transtornos mentais. Igualmente, em outro estudo concluiu que maus-tratos na infância predizem sintomas de transtornos psicológicos. O abuso emocional, físico e sexual foi associado a sintomas de ansiedade no acompanhamento de um ano. Além disso, as estratégias específicas de enfrentamento focadas no problema não estavam independentemente associadas a níveis mais baixos de depressão ou ideação suicida. E ainda pontuou que experiências de maus-tratos na infância estão associadas ao

aumento da possibilidade de adoção de um estilo de enfrentamento negativo na adolescência (GUO et al., 2021).

O abuso sexual na infância é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de transtornos mentais durante a vida, resultando em comprometimento da saúde e consequências deletérias no desenvolvimento das vítimas para o enfrentamento. Os principais achados para transtornos mentais relatados após o abuso sexual infantil são: depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), abuso de substâncias, transtornos de personalidade e transtorno alimentar, comportamento suicida, automutilação e comportamento sexual relacionado ao aumento do risco de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e vírus da imunodeficiência HIV (NARVAZ; KOLLER, 2006).

As crianças são curiosas e fazem muitas perguntas para os adultos. Na maioria das vezes, esses adultos se encontram no lar ou em ambiente escolar, daí a importância da família e da escola na vida das crianças. Segundo Silveiras (2002), pesquisas atuais mostram que há evidências de que as crianças não entendem totalmente vários aspectos ligados à sexualidade a despeito de se envolverem em uma diversidade de condutas sexuais. Portanto, fornecer informações sexuais para as crianças as torna mais aptas para realizar decisões responsáveis no que diz respeito à sua própria conduta sexual. Crianças pequenas, que têm ainda pouca informação sobre questões da sexualidade, são extremamente vulneráveis a possíveis abusadores, daí a necessidade de que profissionais de Educação e responsáveis estejam preparados para abordar estas questões de forma adequada.

Ainda existe tabu, falta de informações e preconceito quando o assunto é a sexualidade em nossa sociedade, sobretudo em se tratando de sexualidade infantil. Conforme Suplicy (1983), muitos pais acreditam que a educação sexual tem o sentido exclusivamente de se sentar e assistir a aulas de anatomia ou realizar discussões que abordam sobre os perigos da sexualidade. Este significado atribuído pelos pais é enganoso, pois a educação sexual acontece desde o nascimento da criança, que vai absorvendo informações de seu meio. Pode-se dizer que a maioria dos conhecimentos transmitidos pelos pais são

indiretos, ou seja, eles não tem conhecimento de que o fazem, e assim o sujeito constrói a sua percepção sobre a sexualidade (SUPLICY 1983).

Para Muller (2013), depois do nascimento da criança, os pais são os principais exemplos, tornando-se os primeiros e fundamentais educadores sexuais de seus filhos. O ambiente familiar deve ser um lugar aberto, por mais complexa que seja a conversa, em específico sobre temas tão tabus como a sexualidade, é de grande importância que os filhos sintam-se encorajados a conversar sobre o tema, trazendo seus dilemas, dúvidas e expectativas. O ambiente familiar precisa ser o porto seguro da criança, para que a mesma tenha um local para recorrer sempre que necessário.

De acordo com Ribeiro (2009), é fundamental que a família seja um ambiente de discussão e de desenvolvimento mútuo, sendo capazes de iniciar conversas, trocar experiências e resolver conflitos sem violência. Contudo, ainda existem famílias que resistem à abordagem da sexualidade na escola, mas, muitas vezes, são essas mesmas famílias que deixam de ensinar sobre sexualidade em seus lares, não tocam no assunto por vergonha, por pensarem a sexualidade seja algo proibido, erótico ou vulgar, não sendo apropriado falar disso com as crianças. Outras famílias apoiam que a sexualidade seja trabalhada na escola pelo fato de não terem a habilidade de conversar sobre o tema com seus filhos em casa.

Quando se trata o tema sexualidade com crianças pequenas na educação básica, são abordados assuntos como: higiene do corpo, partes do corpo, saber diferenciar o corpo de uma menina e de um menino, quais partes do corpo podem ser tocadas e quais partes não podem ser tocadas e de que forma, a não ser que seja um responsável que a criança tenha confiança, ou um profissional da saúde em algum procedimento ou consulta médica. Todos esses assuntos devem ser trabalhados de uma maneira adequada ao nível de compreensão e maturidade da criança (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

A curiosidade das crianças acerca do mundo, de si, do seu corpo e da sexualidade é algo maravilhoso e que não deve ser podado. São momentos muito significativos para o aprendizado, sendo que onde o adulto deve aproveitar cada pergunta para explicar sobre a sexualidade. Muitas crianças possuem dúvidas a respeito do seu próprio corpo, acerca das diferenças

sexuais e sobre gravidez e nascimento, dentre outros temas. Podem perguntar sobre como um bebê vai parar dentro da barriga e como ele vai sair dali. Muitas vezes, os adultos ficam espantados com as perguntas e preocupados com a forma com que essas perguntas serão respondidas, por isso, é importante que pais e professores tenham informações e saibam lidar com a questão de forma adequada, oportunizando espaço para que as crianças possam aprender de forma saudável sobre seu corpo e sua sexualidade. A informação e a possibilidade de conversarem com um adulto de confiança é fundamental para a prevenção do abuso sexual infantil (MARQUES; CASQUEIRO, 2014).

Para Muller (2013), uma educação sexual de qualidade é aquela que pode originar constantes reflexões sobre temas coletivos ou individuais. A escola deve ter uma visão aberta (ou ampla) sobre as experiências vividas pelos alunos, com a finalidade de desenvolver a busca de informações. É necessário que se reconheça que a sexualidade na educação é vinculada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, associando-se às diferentes dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. Portanto, o trabalho da orientação sexual dentro das instituições é da promoção da saúde das crianças (BRASIL, 2000).

Assim como a escola, também os pais precisam informações acerca da forma adequada de falar sobre sexualidade com as crianças. Quando as crianças crescem, elas precisam aprender e se adaptar às mudanças fisiológicas e psicológicas em diferentes estágios de desenvolvimento. Os objetivos de aprendizagem da educação à sexualidade variam com a idade das crianças e com o ambiente (MARQUES; CASQUEIRO, 2014). Já para Zimmerman (2015), as crianças precisam de aconselhamento e orientação adequados e contínuos. Pais e professores são essenciais ao desenvolvimento saudável das crianças, incluindo-se aí a promoção da educação para a sexualidade. Quanto mais cedo a educação à sexualidade for abordada, tanto na família quanto na escola, mais cedo as crianças serão capazes de compreender questões sobre sexualidade e, assim, se proteger de abusos.

Dyson (2016) ressalta a necessidade de estabelecer pré-condições para a educação à sexualidade das crianças. É preciso antes de qualquer coisa compreender a educação à sexualidade, o desenvolvimento psicológico e a

perplexidade da criança e adolescente em crescimento. Posteriormente, a necessidade de se construir um bom relacionamento pai-filho e uma base para a interação futura de forma a sempre manter uma atmosfera familiar e harmoniosa. É preciso fazer com que as crianças se sintam amadas e cuidadas.

Fortenberry (2014) destaca que algumas habilidades e métodos educacionais são vitais para se conduzir uma aprendizagem sexual mais saudável. A escolha do momento oportuno e das perguntas e respostas certas podem induzir as crianças a pensar e fazer perguntas voluntariamente sem se sentirem envergonhadas e desrespeitadas. Conforme Goldfarb e Constantine (2011), é preciso estabelecer uma relação de confiança para falar de sexualidade com as crianças. O uso de materiais adequados deve acompanhar o processo da educação à sexualidade o tempo todo, aliado sempre ao desenvolvimento da inteligência das crianças. À medida que elas crescem, é preciso ter respostas mais específicas, até mesmo para a mesma pergunta, de forma a satisfazer sua busca por conhecimento, usando palavras que elas entendem, através de uma forma de falar s a que estão acostumados.

De acordo com Kenny (2011), a escola é um ambiente privilegiado para impedir, reconhecer e intervir em situações que ameaçam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. A escola precisa garantir um ambiente seguro para as crianças de forma que se possa acompanhar sua evolução e notificar às autoridades competentes qualquer situação identificada de vulnerabilidade ou violência. A autora entende, nesse sentido, como responsabilidade da escola:

- 1) Ter procedimentos e programas claros de proteção à criança na escola contra práticas abusivas;
- 2) Orientar professores e funcionários sobre a identificação e resposta contra práticas abusivas e as devidas medidas de proteção e apoio contínuo à criança;
- 3) Designar um responsável por questões de proteção à criança com habilidades, motivação e conhecimentos específicos necessários;
- 4) Monitorar o progresso de crianças consideradas em risco;
- 5) Contribuir para prevenção do abuso sexual de crianças através da provisão curricular;
- 6) Fornecer ou acessar treinamento para professores e membros da equipe de gerenciamento para garantir-lhes conhecimento prático de questões e procedimentos de proteção à criança;
- 7) Ter procedimentos claros sobre as

ações a serem tomadas quando as denúncias forem recebidas contra funcionários da escola.

Justifica-se assim nosso estudo, que busca investigar o que tem sido produzido no campo da prevenção do abuso sexual infantil na educação básica em nosso meio nos últimos 5 anos.

## 2 MÉTODO

O presente estudo, de abordagem qualitativa, caracteriza-se como estudo documental, descritivo-exploratório. A abordagem é qualitativa porque não se preocupa com medidas, dados e estatísticas, mas com a compreensão global do fenômeno, que busca ser descrito e explicado, de forma exploratória, ou seja, como um estudo preliminar, uma aproximação inicial sobre o tema em questão. O estudo documental, por sua vez, baseia-se em documentos e registros de fontes primárias, sem tratamento ou análise, sendo usada em muitos campos de pesquisa, inclusive na educação. A pesquisa documental é uma estratégia interdisciplinar originada de pesquisas históricas e antropológicas. As etapas da pesquisa documental envolvem, em geral, uma sequência de procedimentos orientados pelos objetivos específicos de cada pesquisa em particular e são: 1) a localização do material; 2) a seleção dos documentos relevantes para a investigação; 3) a organização das informações; e, 4) a análise interpretativa dos dados. As fontes de informação mais utilizadas têm sido os registros de arquivos institucionais. Os instrumentos comumente utilizados são a observação e o diário de campo, entrevistas individuais, questionários, grupos focais e análise documental (PIMENTEL, 2011).

O objetivo geral da pesquisa foi investigar o que tem sido produzido acerca da prevenção do abuso sexual infantil (ASI) no campo da educação básica. Para a realização desta pesquisa, foi utilizado o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes<sup>1</sup>, acessado em <http://www.capes.gov.br/>, tendo como período de busca os últimos 5 anos, por meio dos descritores: 1) prevenção ao

---

<sup>1</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.



abuso sexual infantil; 2) práticas pedagógicas na educação infantil para o combate ao abuso sexual; e, 3) prevenção do abuso sexual infantil na escola.

Foram encontrados, inicialmente, 35 trabalhos entre teses e dissertações utilizando-se os descritores acima mencionados. Contudo, muitos deles referiam-se a questões teóricas acerca da caracterização do abuso sexual e manejos, envolvendo pesquisas na área da saúde, da psicologia e da assistência social. Excluídos estes trabalhos, uma vez que o foco da presente pesquisa é a educação, restaram 13 produções no período dos últimos 5 anos. Foram, ainda, excluídos 6 títulos que apareceram duplicados nas buscas. Ao final, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 7 trabalhos para análise na presente investigação. Dos 7 trabalhos incluídos neste estudo, 6 foram realizados por mulheres e apenas um trabalho foi produzido por um homem; 3 trabalhos produzidos na região sudeste, 3 trabalhos na região sul, 1 trabalho realizado na região norte do Brasil. Todos os trabalhos selecionados caracterizaram-se como dissertações de mestrado. Pode-se dizer, então, que o presente estudo caracteriza-se pela análise de dissertações de mestrado, produzidas predominantemente por mulheres, sendo a maioria realizadas nas regiões sudeste e sul do Brasil.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados encontrados neste estudo foram organizados por Títulos, Autoria, Ano e Objetivos e, posteriormente, com Resultados de cada estudo incluído na presente pesquisa. Estão assim organizados nos Quadros 1 e 2, apresentados e discutidos a seguir.

Quadro 1- Trabalhos incluídos neste Estudo, com Títulos, Autoria, Ano e Objetivos

Título	Autor/ano	Objetivo do trabalho
1. Violência sexual infantil: Um estudo acerca do papel da escola na ruptura da cadeia de violência.	PIOVESAN (2021)	O estudo tem como objetivo identificar de que forma os documentos oficiais da educação abordam a temática da violência sexual contra a criança, bem como sua prevenção e como essa temática vem sendo inserida no cotidiano da escola. Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com base em estudos elaborados por autores que discorrem sobre a educação à sexualidade, bem como sobre a incidência de abuso sexual infantil. Também compreende a pesquisa documental, utilizando-se de uma análise as cartilhas educativas produzidas pelos órgãos públicos a fim de promover a educação à sexualidade das escolas brasileiras.
2. Análise da apropriação do “Guia escolar: Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” por professoras da educação infantil.	ALVES (2023)	Partindo da concepção de que a instituição escolar tem grande potencial para identificar e intervir em casos de abuso sexual contra crianças, bem como realizar a sua prevenção, este estudo investigou em que medida concepções de professoras de educação infantil são condizentes com orientações do Ministério da Educação (MEC) acerca da temática.
3. Prevenindo o abuso sexual: Capacitação para alunos de pedagogia, psicologia e educação especial.	PAULA (2022)	Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de desenvolver e difundir um conhecimento aprofundado sobre o tema do abuso sexual infantil, visando preencher algumas possíveis lacunas existentes na formação de profissionais que lidam com esta temática.
4. Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: Em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de educação infantil da DDZ/LESTE II da cidade de Manaus-AM	MATOS (2020)	O objetivo geral do estudo é analisar como está sendo (ou não) o trabalho de Educação sexual sob a percepção das gestoras quanto às questões relacionadas à violência sexual contra crianças no contexto da Educação infantil, nos Centros Municipais de Educação infantil (CMEI) da cidade de Manaus-AM.

<p>5. A construção de ações educativas de prevenção do abuso sexual na infância.</p>	<p>PAIXÃO (2020)</p>	<p>O objetivo foi investigar se as políticas públicas de educação do Município de Caieiras correspondem às expectativas para a prevenção e proteção da criança no contexto escolar. Foram analisados: o Guia Escolar - identificação de sinais e exploração sexual de crianças e adolescentes (2004 e 2011), A Base Nacional Comum Curricular (2017), o Parâmetro Curricular de Educação de Orientação Sexual e por fim, a Comissão Parlamentar de Inquérito - destinada a apurar denúncia de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes 2014. O Guia Escolar (2004 e 2011), a CPI do turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes (2014) e o PCN de Orientação são instrumentos que abordam a temática e fundamentam os profissionais da educação para o diálogo com crianças, adolescentes e sua família sobre o ASI. Com a pesquisa qualitativa, buscamos compreender como o projeto na rede Municipal de Caieiras foi criado, quais materiais foram utilizados, quais as ações dentro do contexto escolar foram colocadas em prática, quais os desafios encontrados nos dois anos de projeto (2018 e 2019).</p>
--	--------------------------	---

6. Um jogo como tecnologia educacional para prevenção da violência sexual infantil	FAVA (2021)	A violência sexual infantil é um grave problema de saúde pública. Tal problema traz prejuízos tanto às vítimas, quanto à sociedade. Em resposta a esse fenômeno, inúmeras medidas surgiram ao redor do globo, voltadas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Dentre as medidas, estratégias educativas baseadas em jogos se destacam, demonstrando-se como boas aliadas no ensino preventivo e no combate à violência sexual infantil. A pesquisa desenvolveu um programa de educação voltado a coibir o abuso sexual de crianças. O programa desenvolvido baseia-se na ideia de Jogos Sérios (JSs). Estratégias baseadas em jogos didáticos vêm a agregar e facilitar o aprendizado infantil, principalmente em temas extremamente sensíveis e delicados, como na temática da violência sexual. Uma abordagem baseada em jogos fornece um meio de aprendizagem poderoso, promovendo uma abordagem educacional divertida e envolvente para a prevenção da violência infantil.
7. Abuso sexual infantil: Compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental.	CAETANO (2019)	O objetivo do estudo foi conhecer as compreensões de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental referente à prevenção e enfrentamento ao abuso sexual infantil.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Quadro 2.** Estudos incluídos na pesquisa organizados por Autoria, Ano e Resultados

Autor e ano	Resultado dos estudos
1. PIOVESAN (2021)	Mediante análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) elaborado pelo Ministério da Educação, observa-se que este documento dialoga com o contexto da educação à sexualidade como uma orientação aos profissionais da educação sobre a temática. Verifica-se que a discussão proposta pelos PCN's Orientação Sexual consiste em uma introdução na forma de orientação à vida sexual das crianças e adolescentes, que em muitas situações não recebem orientação dentro do âmbito familiar, e ou inclusive sobre violências sexual intrafamiliar e extrafamiliar, pela ausência de informações e orientação sexual. Ao decorrer da análise dos PCN's Orientação Sexual, pode-se observar uma breve crítica realizada sobre o tabu que é discutir a educação a sexualidade no âmbito familiar, vez que a abordagem trazida pelos PCN's enfatizam que a orientação sexual não é algo que ocorre apenas quando se fala abertamente sobre o assunto. Ela

	<p>ocorre através dos comportamentos presenciados pelas crianças e adolescentes dentro de casa, pela relação entre pais e filhos, o cuidado, as expressões, os gestos, a relação entre os pais, que são apontados pelos PCN's como carregados de valores relacionados à sexualidade. Os PCN's Orientação Sexual surgem como uma orientação no âmbito escolar sobre as questões voltadas à sexualidade, enfatizando sobretudo, o respeito próprio corpo e a orientação sexual de cada indivíduo, sendo isso competência de cada indivíduo.</p>
2. ALVES(2023)	<p>A partir dos resultados obtidos pudemos constatar que há um despreparo profissional com relação à temática do abuso sexual contra crianças e suas implicações em sala de aula. Verificou-se que os docentes não têm acesso aos materiais instrutivos do MEC. Portanto, há uma comprovação da hipótese inicial, que apontava para esse desconhecimento por parte das profissionais da educação, sendo que a principal justificativa está associada à falta de formação docente e ao tabu em torno da temática. Logo, mesmo que haja o esforço institucional na produção de materiais, é sabido que há uma falha entre o que os órgãos responsáveis projetam como ideal e o que chega, de fato, às escolas. Embora o Guia escolar seja um excelente material, é necessário o desenvolvimento de medidas avaliativas sobre sua distribuição e utilização pelas instituições escolares, dado que as professoras desconhecem o material.</p>
3. PAULA(2022)	<p>Os resultados apontaram para a defasagem, tanto no campo da literatura quanto da prática, a conexão do abuso sexual infantil com a capacitação de profissionais da educação. Compreender o fluxo de atendimento, como se faz uma notificação, entender a dinâmica familiar de uma família que conviveu com essa violência, saber acolher e dar a direção certa para um caso, explicar para a criança sobre o seu corpo, formas de carinho e os limites do aceitável, são pontos mencionados neste artigo que enfatizam a importância de capacitar tais profissionais visando o menor dano possível para a criança. É importante mencionar que o estudo tanto o Brasil quanto outros países, o que denota que a necessidade de falar sobre a sexualidade e trazer este tema para a sala de aula, além de capacitar os profissionais da educação, é uma lacuna que se repete em vários ambientes distintos quando se trata da prevenção do abuso sexual.</p>
4. MATOS (2020)	<p>A pesquisa nos permitiu averiguar que as escolas pesquisadas buscam o enfrentamento a este fenômeno, contudo precisa se reconhecer, legitimar que crianças são sujeitos de direitos, que aprendem, vivem, consomem e atuam na sociedade. A escola e a família não podem impedi-las de usufruir de seus plenos direitos. Compreendemos também que o enfrentamento, prevenção e superação por partes das crianças em relação à violência sexual depende do posicionamento de todos os envolvidos na escola, incluindo o Estado e as Secretarias de Educação, ONGs e a sociedade em geral. Em vista que os abusos são problemáticos e preocupantes, porque na sociedade esse tema continua sendo um tabu, pouco discutido nas famílias, nas escolas e na própria mídia. Dessa forma, o cenário que ainda temos é a permanência do problema: a violência sexual contra as crianças em um número bastante alarmante. Uma alternativa, quando se trata da violência sexual, é uma discussão a respeito desse tema por meio da Educação Sexual, enfatizando a importância da denúncia, conhecendo os órgãos protetivos das crianças. Que o Ministério da Educação torne obrigatória a Educação Sexual para um ensino sobre a sexualidade desde a Educação Infantil, e assim as crianças aprendam mais sobre problemas a que estão expostas. Desta forma, entendemos que a Educação Sexual embasada na equidade e no respeito é um direito prioritário de todos, e deve se iniciar desde a Educação Infantil e se estenda até a Universidade,</p>

	em qualquer instituição, seja privada ou pública. Com a pesquisa, inferimos que, mesmo considerando viável trabalhar a educação sexual desde a Educação Infantil e que a escola é um espaço oportuno para informar e formar, as gestoras – em suas respostas escritas – demonstraram que essa permanece no campo biológico, sem muitas referências aos aspectos culturais, sociais, políticos e históricos. Inferimos também que elas não se sentem preparadas para mediar as situações de violência/abuso sexual, que há uma necessidade de mais informações/formações para se trabalhar no contexto da sala de aula, no espaço escolar, bem como existe falta material adequado para esta tarefa.
5. PAIXÃO(2020)	Como resultados, dentre os materiais utilizados para trabalhar com as crianças, foram utilizados o manual Pipo e Fifi e-book nas redes sociais. Os desafios encontrados, de acordo com a equipe gestora, foi a falta de formação dos professores e objeções de alguns pais quando a temática foi proposta. Identificamos nas falas dos entrevistados que o projeto propiciou condições de desenvolvimento psicossocial e o protagonismo dos alunos no ano de 2019.
6. FAVA(2021)	A capacitação de crianças é uma estratégia promissora no combate à violência sexual infantil. O aperfeiçoamento da segurança pessoal por meio de programas de capacitação e prevenção é uma atitude capaz de evitar a incidência de episódios de abuso. A utilização de jogos permite que alunos possam aprender através da vivência de situações simuladas, sem ter que passar por elas efetivamente. O jogo proposto teve seus ensinamentos revisados por especialistas na área e encontra-se em total conformidade com orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade.
7. CAETANO (2019)	Observamos a disposição das docentes em colaborar para a prevenção e enfrentamento do abuso sexual infantil e ressaltar a importância de práticas pedagógicas que possam evitar possíveis situações constrangedoras em sala de aula ou entre a criança que foi vítima de abuso sexual e os/as demais colegas. Porém, evidenciou-se pouca fundamentação teórico-metodológica na área da temática de abuso sexual infantil em suas práticas. Destaca-se o desconhecimento em relação ao conceito e abordagens sobre o tema sexualidade infantil como parte do desenvolvimento humano. Não há promoção contínua de trabalho no exercício da subjetividade e na contextualização sobre questões como corpo, relacionamentos, respeito, gênero, papéis instituídos, etc. Muitas vezes, os discursos são traduzidos em repasses de informações, sem diálogo, para formar e instruir as/os estudantes com lições que as docentes julgam moralmente corretas segundo seus saberes e vivências.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes.

De acordo com as 7 pesquisas selecionadas para análise neste trabalho, pudemos constatar alguns temas e resultados recorrentes, em especial no que tange à precária formação docente para a adequada abordagem das questões relativas ao abuso sexual infantil no âmbito da educação básica, com destaque aqui para a educação infantil e anos iniciais.

Na pesquisa realizada por Piovesan (2021) foi realizado um estudo sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) elaborado pelo Ministério

da Educação, importante ferramenta para professores e profissionais da educação. Os PCN's Orientação Sexual abordam estratégias de como a escola e a família podem trabalhar juntos na prevenção e combate ao abuso sexual infantil, entre outros aspectos. A autora relata sobre o pouco acesso que crianças e adolescentes possuem sobre orientação sexual em âmbito familiar e também fala sobre o tabu de se falar sobre a sexualidade em casa. A abordagem trazida pelos PCN's enfatiza que a orientação sexual não é algo que ocorre apenas quando se fala abertamente sobre o assunto. Ela ocorre através dos comportamentos presenciados pelas crianças e adolescentes dentro de casa, pela relação entre pais e filhos, o cuidado, as expressões, os gestos, a relação entre os pais, que são apontados pelos PCN's como carregados de valores relacionados à sexualidade, ou seja, a orientação sexual ocorre não apenas nos espaços formais de educação, mas se dissemina por todas as relações sociais das quais participa a criança.

A pesquisa de Alves (2023) mostra que os professores e todos os profissionais da educação tem um grande privilégio de poder acolher e ajudar as crianças que sofrem abuso sexual, mas esse acolhimento é pouco eficaz, pois existe pouca formação para esses profissionais. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) fornece poucos materiais relacionados à formação de professores quando o assunto está relacionado ao abuso sexual infantil. Muitos profissionais possuem o desejo de ajudar, mas ficam confusos em relação a quais medidas devem ser tomadas em casos de abuso sexual, além do tabu relacionado a ensinar sobre sexualidade para crianças.

Segundo Paula (2022), existe uma grande defasagem no processo de formação de professores, onde a pesquisa corrobora com o que foi discutido por Alves (2023), onde relatam que existe pouca literatura relacionada ao tema abuso sexual e também pouca prática, onde os professores e profissionais não sabem lidar em um caso de (ASI), possuem dificuldades no acolhimento da vítima, em saber quais órgãos devem ser acionados e como as famílias devem ser abordadas. Fala também que os profissionais ainda têm dificuldade em instruir as crianças a respeito da sexualidade, em falar sobre as partes do corpo e quais partes não devem ser tocadas, essa pesquisa foi realizada aqui

no Brasil, mas também em outros países, tais como na China, onde os professores passam pelos mesmos desafios existentes no Brasil.

Algo muito importante relatado por Matos (2020) é que não podemos comparar as crianças do século XXI com as crianças da Idade Média, quando eram vistas como inferiores, irracionais e imaturas. Hoje, as crianças são sujeitos de direitos e merecem todo respeito e proteção. Segundo a autora, Estado, Secretarias de Educação, ONGs e a Sociedade em geral devem estar unidos em único propósito de zelar pela proteção e bem-estar de cada criança. Relata que deve ser criado projeto de lei pelas instâncias competentes para tornar obrigatório o ensino sobre sexualidade desde a Educação Infantil e que se estenda até a universidade, para instituições públicas e privadas. Isso pode incidir na qualidade da educação no que tange à sexualidade e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Paixão (2020) realizou uma pesquisa por meio de entrevistas com profissionais e diretores de escolas do município de Caieiras para verificar políticas públicas relacionadas à prevenção ao abuso sexual infantil. Foram também selecionados materiais que podem ser encontrados na internet para serem usados pelas próprias crianças, professores e famílias, onde pode ser aprendido sobre as partes do corpo da menina e o menino, situações de perigo e quais são as características dos possíveis abusadores, quais partes de corpo podem ser tocadas e quais partes não podem ser tocadas, são materiais lúdicos e de fácil entendimento para qualquer criança, materiais que podem ser usados tanto na escola quanto no lar. É muito importante o uso de recursos didáticos para ensinar crianças, mostrar um assunto extremamente sério em forma de história e brincadeira, tudo isso ajuda as crianças ficarem atentas a possíveis situações de perigo e saber quem procurar em uma emergência. Um dos recursos citados pela autora é o vídeo "*Pipo e Fifí*": Fafá conta Histórias (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MekZv4XOkk0>), destinado para as crianças, com o objetivo de instruí-las a respeito da prevenção ao abuso sexual infantil e mostrar o limite do toque no corpo de cada criança. Há outros vídeos com essa temática, ao que tivemos contato em alguns componentes curriculares do Curso de Pedagogia: Licenciatura da Uergs, sobretudo no componente eletivo 'Sexualidade na Infância', dentre eles, a



história infantil contada por Fafá Conta Histórias, intitulada “*Não me toca, seu boboca*” (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=thHBuFB6KSU>). É uma história para ser contada para crianças que mostra atitudes que devem ser tomadas pelas crianças diante de toques adultos indesejáveis.

Corroborando com o que já foi dito por Paixão (2020) a respeito da importância dos recursos e materiais lúdicos que podem ser usados com crianças na prevenção ao abuso sexual infantil, Alexandre Fava (2021) mostrou em sua pesquisa a importância dos jogos de computador na prevenção ao ASI. O autor mostrou em sua pesquisa um jogo projetado para ser usado com crianças, no qual existem perguntas do que pode acontecer no dia a dia da criança relacionados ao abuso sexual, ou seja, há uma pequena simulação sobre o que acontece em situações de abuso, ajudando as crianças a se tornarem mais alertas e saber o que fazer em situações de perigo. Essa ideia de criar um jogo eletrônico pode ajudar muito as famílias e escolas a transmitirem informações extremamente relevantes sobre a prevenção ao ASI, pois esse tipo de mecanismo é muito atrativo para as crianças, que recebem informações importantes brincando, minimizando o peso do tema a ser abordado.

Caetano (2019) relatou em sua pesquisa que muitas professoras tiveram contato com vítimas de abuso sexual infantil e que elas buscaram dar o melhor acolhimento possível de acordo com suas vivências e experiências. Contudo, dentre essas professoras, apenas uma minoria possuía alguma formação sobre abordagem das situações de abuso sexual infantil. A autora identificou que, na escola, as profissionais muitas vezes ficam confusas e preocupadas em relação às medidas que devem ser tomadas e como as vítimas devem ser acolhidas em ambiente escolar. A autora da pesquisa também relatou sobre o sigilo e como ajudar a vítima sem expô-la para os outros colegas. Manter a vítima segura e confortável acaba se tornando uma missão difícil para os profissionais da educação, pois a falta de formação e a pouca prática dificulta o adequado acolhimento e encaminhamento dos casos de abuso sexual identificados na escola.

Depreende-se das análises aqui realizadas que há materiais disponíveis no que tange à educação para a sexualidade e à adequada

abordagem das situações de abuso sexual infantil no âmbito da educação. Contudo, o que se observa é a falta de capacitação docente nesta temática. Quando o assunto é abuso sexual infantil, é necessário que todos nós tenhamos um olhar singular, uma atenção especial para cada criança que está em situação vulnerável. Há diversos recursos a partir dos quais podemos adquirir informações a respeito do assunto, tais como artigos acadêmicos, livros (CROSSON-TOWER, 2002; KENNY, 2011), vídeos, documentários e jogos (DIOCESANO, 2018; FAVA, 2021) que podem ser usados na formação de profissionais da educação e também pelas famílias que possuem o desejo de se familiarizar com o assunto.

É fundamental que as instituições de ensino tenham apoio legal para trabalharem as questões de sexualidade e de prevenção de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, a escola deve estar preparada para abordar adequadamente tais temáticas, o que, em geral, não ocorre. Vários estudos têm demonstrado o despreparo das redes de ensino para o trabalho tanto com a sexualidade e, mais ainda, com as questões de abuso sexual (BRINO; WILLIAMS, 2003, 2008; NARVAZ; KOLLER, 2006; RECK, 2015; SAUCEDA, 2016), o que se confirmou aqui.

Segundo o ECA (BRASIL, 1990), as crianças e os adolescentes são pessoas em desenvolvimento, ou seja, precisam de uma lei que as proteja para que esse desenvolvimento não seja interrompido. E para que essa lei realmente funcione, é necessário que a Escola, Família, Justiça e a comunidade não cometam nenhuma negligência ou discriminação contra as crianças pois, pois quando isso acontece, quem sofre é a própria criança, cujas marcas têm importantes efeitos ao longo da vida. É muito triste saber que uma criança tem sua infância roubada por situações de violência, que lhe trazem sofrimento. Sabemos que não são todas as famílias que conseguem proporcionar um desenvolvimento sadio e harmonioso para seus filhos, daí a contribuição da educação e das políticas governamentais fazerem com que essas crianças recebam uma maior atenção e proteção, para que assim tenham um desenvolvimento saudável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigamos no banco de Teses e Dissertações da CAPES o que tem sido produzido nos últimos 5 anos acerca da prevenção do abuso sexual infantil na educação básica. Pode-se dizer que há pouca produção, encontrando-se apenas 7 pesquisas diretamente relacionadas ao foco desta investigação, que se concentram nas universidades das regiões sul e sudeste do país, realizadas predominantemente por mulheres. As pesquisas apontam para a precariedade na formação docente em relação à abordagem das questões de enfrentamento ao abuso sexual infantil na educação, com destaque para o ambiente escolar, o que tem sido encontrado em outras pesquisas (BRINO; WILLIAMS, 2003, 2008; NARVAZ; KOLLER, 2006; RECK, 2015; SAUCEDA, 2016). Cabe destacar que nos últimos anos, durante o governo Bolsonaro, discursos e práticas conservadoras relacionados à abordagem das questões de gênero e sexualidade nas escolas dificultaram a inserção desta temática nas instituições de ensino, o que, provavelmente, teve efeitos nos programas de capacitação e formação docente, bem como no desenvolvimento de práticas de educação para a sexualidade nas escolas. Isso pode ter gerando um desafio ainda maior para as escolas conseguirem e adotar medidas de prevenção ao abuso sexual infantil. Espera-se que, com a promulgação da Lei nº 14.679 (BRASIL, 2023), que inclui entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), esse cenário possa ser renovado.

Nesse sentido, entende-se que as formações relacionadas a essa temática devem ser projetadas de acordo com a rede de ensino de cada cidade, analisando suas necessidades, criando um calendário anual de atividades, palestras, treinamentos e campanhas sobre abuso sexual infantil, envolvendo a escola e a comunidade, criando um núcleo para a formação continuada. Tendo em vista o papel de extrema importância que as instituições escolares possuem, só por meio da informação e formação de profissionais, comunidade e sociedade e por meio de políticas públicas educacionais é que vamos conseguir quebrar o tabu que é a temática abuso sexual. Pretende-se

assim avançar na proteção de meninas e meninos, que têm o direito de viver suas infâncias sem violências, ao que procuramos contribuir com este trabalho.

Há, contudo, limitações nesta pesquisa, sobretudo no que tange ao pequeno número de estudos incluídos a partir dos descritores e do período elencados. Sugere-se, nesse sentido, novas investigações que abarquem outras bases de dados, incluindo, além de teses e dissertações, artigos científicos, vídeos educativos e materiais diversos, o que ampliaria o escopo do que tem sido produzido no campo da educação em relação à prevenção do abuso sexual infantil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nathaly Martinez. **Análise da apropriação do "Guia escolar":** identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes por professoras da educação infantil. Mestrado em Educação. Universidade Estadual Paulista, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/243406>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14679.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14679.htm). Acesso em: 11 Out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural: orientação sexual. 2.ed. Brasília, 2000. v. 10, p. 112-128.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos – Disque 100: Relatório 2019.** Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Brasília, DF, 2020. [online]. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019\\_disque-100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde:** um passo a mais na cidadania em saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Série A. Normas e Manuais

Técnicos; n. 167. Brasília, DF, 2002. [online]. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao\\_maistratos\\_crianças\\_adolescentes.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_maistratos_crianças_adolescentes.pdf). Acesso em: 19 mai. 2023.

BRINO, Raquel; WILLIAMS, Lúcia. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, dez. 2003. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3218>>. Acesso em: 29 out. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v7i2.3218>.

BRINO, Raquel; WILLIAMS, Lúcia. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 33, n. 2, 2008.

Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7073>. Acesso em: 29 out. 2023.

CAETANO, Evelyn Diconcili. **Abuso sexual infantil: Compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado). Lages, Universidade do Planalto Catarinense, Programa de Pós Graduação em Educação, 2019. Disponível em:

[https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado\\_educacao/dissertacoes/f1b6d403c7262657fff94f744bf6e092.pdf](https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/f1b6d403c7262657fff94f744bf6e092.pdf). Acesso em 10 out. 2023.

CROSSON-TOWER, Cyntia. **When children are abused: An educator's guide to intervention**. London: Pearson, 2002.

DIOCESANO, Tiago Francisco Andrade. **Um jogo como estratégia de apoio à prevenção da violência sexual infantil**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Joinville, 2018. Disponível em:<https://www.udesc.br/cct/ppgca/publicacoes/dissertacoes>. Acesso em: 24 nov. 2023.

DYSON, Susane. Families and sexuality education. In: PONZETTI, James J. Jr. (Org.). **Evidence-based Approaches to Sexuality Education: A global perspective**. New York: Routledge, 2016, p.131-145.

FAVA, Alexandre Mendonça. **Um jogo como tecnologia educacional para prevenção da violência sexual infantil**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Tecnológicas, Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada, Joinville, 2021.

FORTENBERRY, J. Dennis. Sexual learning, sexual experience, and healthy adolescent sex. **New Directions for Child and Adolescent Development**, n. 144, p.71-86, 2014.

GOLDFARB, Eva S.; CONSTANTINE, Norman A. Sexuality education. **Encyclopedia of adolescence**, 156, v. 2, pp. 322-331, 2011. Disponível em:<https://digitalcommons.montclair.edu/public-health-facpubs/156>. Acesso em 09 ago. 2023.

GUO, Lin; WANG, Wei; LI, Wei; ZHAO, Min; WU, Rui; LU, Chunxia. Childhood maltreatment predicts subsequent anxiety symptoms among Chinese

adolescents: The role of coping style bias. **Psiquiatry Investigation**, v. 110, p.340-356, 2021.

KENNY, Maureen C. Child abuse reporting: Teachers' perceived deterrents. **Child Abuse & Neglect**, v. 25, p. 81-92, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/12116180>. Acesso em 10 nov. 2023.

KRAUSE-UTZ, Annegrete. Stimulating research on childhood adversities, borderline personality disorder, and complex post-traumatic stress disorder. **Borderline Personal Disorder and Emotion Dysregulation**, v. 11, n. 8, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350499132>. Acesso em 26 nov. 2023.

LAZARUS, Richard S.; FOLKMAN, Susan. **Stress, appraisal, and coping**. New York: Springer, 1984.

LAZARUS, Richard S. From psychological stress to the emotions: A history of changing outlooks. **Annual Review of Psychology**, n. 44, p 1-21, 1993.

MARQUES, Silverio; CASQUEIRO, Sara. **Developmentally Appropriate Sexuality Education: Theory, conceptualization and practice**. UC Berkeley, California, 2014. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/>. Acesso em: 10. Set. 2023.

MATOS, Rosana Trindade de. **Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar**: Em foco, a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/Leste II da cidade de Manaus-AM. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Amazonas, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8099>. Acesso em 10. Set. 2023.

MULLER, Laura. **Educação sexual em 8 lições**: como orientar da infância à adolescência: um guia para professores e pais. São Paulo: Academia do Livro, 2013.

NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia H. A família que não é sagrada: Mitos e fatos sobre abuso sexual na família. In: Portela, F; Franceschini, I. (Orgs.), **Família e Aprendizagem**: Uma relação necessária. Rio de Janeiro: Wak, 2006, p. 59-80.

PAIXÃO, Érica de Souza. **A construção de ações educativas de prevenção do abuso sexual na infância**. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4380>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PAULA, Thais da Costa De. **Prevenindo o abuso sexual**: capacitação para alunos de pedagogia, psicologia e educação especial. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2022.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.114, p.179-195, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PIOVESAN, Gabriela Vieira de O. **Violência sexual infantil**: Um estudo acerca do papel da escola na ruptura da cadeia de violência. Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação. São Matheus: Centro Universitário Vale do Cricaré, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/1497>. Acesso em 10. Set. 2023.

RECK, Elene. **Políticas educativas de prevenção à violência sexual contra crianças no município de Alegrete**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Alegrete/RS.

RIBEIRO, Marcos. **Conversando com seu filho sobre sexo**. São Paulo: Academia de Inteligência, 2009.

SANTOS, Bendito; IPPOLITO, Rita. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. 3. ed. Rio de Janeiro: EDUR, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/materiais.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SAUCEDA, Marta. **Precisamos falar sobre gênero e sexualidade na escola**: um estudo de caso sobre as práticas de educação sexual em uma escola do município do Alegrete. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Alegrete/RS, 2016.

SILVARES, Edwiges F. M. Orientação sexual da criança. In: BRANDÃO, Maria Zilah; CONTE, Fátima C. S.; MEZZAROBBA, Solange Maria B. (Orgs.). **Comportamento humano**: tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor. Santo André: ESETec Editores Associados, 2002, p. 111-120.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

UNICEF - United Nations Children's Fund. **Hidden in Plain Sight**: A statistical analysis of violence against children. UNICEF, New York, 2014. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/hidden-in-plain-sight-a-statistical-analysis-of-violence-against-children/>. Acesso em: 11 ago.2023

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on violence prevention 2014**. Geneva (CH): WHO, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>. Acesso em: 11 ago. 2023.

ZIMMERMAN, Jonathan. **Too hot to handle**: A global history of sex education. New Jersey: Princeton University Press, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311092766>. Acesso em: 10 set. 2023.